



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 29 de Agosto de 2019

Estácio processa consultoria

Por Rodrigo Carro | Do Rio

A contratação de uma consultoria financeira pela Estácio Participações transformou-se em dor de cabeça para a segunda maior companhia de educação superior do país. A holding (hoje conhecida como Yduqs) recorreu à Justiça para rescindir o contrato assinado com a consultoria Heartman House em 2017. A empresa foi contratada para elaborar um diagnóstico operacional da Estácio.

Com base nesse diagnóstico prévio, a Heartman House propôs um plano estratégico que estabelecia uma meta de Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 1,33 bilhão para 2018. O valor era mais de 80% superior ao resultado registrado em 2017. No entanto, o Ebitda da companhia no ano passado ficou abaixo dessa meta: R\$ 967,4 milhões.

Na petição inicial protocolada este mês na Justiça, a Estácio Participações afirma que "a metodologia orçamentária e as medidas de melhoria e eficiência propostas pela Heartman revelaram-se absolutamente desviadas da realidade, o que somente pôde ser constatado em definitivo pela Estácio quando da divulgação dos seus resultados oficiais, no início do ano corrente."

No documento, a companhia pede que o contrato seja rescindido e a Heartman seja multada em R\$ 116,4 mil e pague uma indenização. Os advogados da Yduqs pedem ainda que seja desconsiderada a remuneração variável prevista na proposta de honorários da Heartman. Pela execução de seus serviços, a consultoria financeira receberia 18 parcelas mensais de R\$ 105 mil, podendo também fazer jus a honorários variáveis, conforme consta da petição.

A remuneração variável estaria condicionada à meta de um Ebitda de, no mínimo, R\$ 1,06 bilhão (80% do objetivo estabelecido para 2018). Nesse caso, a consultoria teria direito a R\$ 3,05 milhões. Caso o indicador financeiro chegasse a 120% da meta, o pagamento de honorários variáveis chegaria a R\$ 9,15 milhões.

A Yduqs argumenta, em sua petição, que apesar do seu empenho em "executar as medidas orçamentárias arrojadas" propostas pela Heartman - incluindo cortes de gastos com pessoal e racionalização de despesas operacionais - o Ebitda obtido em 2018 foi equivalente a 73% da meta. Procurada para comentar o processo, a Heartman House não retornou as ligações do Valor. A Yduqs preferiu não se manifestar sobre o tema.

Governo Doria quer transferir 627 mil alunos a municípios

Angela Pinho
SÃO PAULO

A gestão João Doria (PSDB) iniciou tratativas com as prefeituras do estado de São Paulo para transferir aos municípios todas as escolas estaduais dos anos iniciais do ensino fundamental.

A medida, se efetivada, vai atingir 627 mil alunos do 1º ao 5º ano que hoje estudam em colégios estaduais —o equivalente a 18% da rede paulista.

O objetivo das negociações é concluir a municipalização dessa etapa do ensino, processo que ganhou força no país nos anos 1990.

A Secretaria da Educação da gestão Doria defende que a reorganização permitiria uma gestão mais racional dos recursos humanos e maior foco do estado nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Já as prefeituras manifestam

incerteza quanto à sustentabilidade financeira da medida.

Atualmente, considerando-se apenas a rede pública, as escolas estaduais de São Paulo têm 26% das matrículas dos anos iniciais do ensino fundamental.

É a sexta maior proporção do país. Nos estados do Nordeste e no Rio de Janeiro, o índice não chega a 5%.

Nas redes estaduais com melhor ensino médio, o percentual também é menor: 5% na de Goiás, primeira colocada no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), e 14% na do Espírito Santo, a vice-líder.

Secretário estadual de São Paulo, Rossieli Soares argumenta que o perfil dos anos iniciais do ensino fundamental se aproxima mais do da educação infantil, que já está a cargo dos municípios, do que dos anos finais. Um dos motivos é que esta é a etapa em que é concluída a

alfabetização.

Haroldo Corrêa, secretário-executivo da pasta, afirma ainda que tanto a educação infantil como os anos iniciais do ensino fundamental trabalham com professores generalistas. Já os anos finais e o ensino médio têm um docente por matéria.

Em sua avaliação, faria sentido, portanto, que cada um desse conjunto de etapas ficasse sob a gestão do mesmo ente federativo.

A forma como a municipalização será feita, porém, ainda não foi detalhada. A tendência é que os imóveis onde as escolas estaduais funcionam passem para a gestão das prefeituras —ou seja, os alunos continuariam estudando nos mesmos locais.

Também não há definição sobre outros pontos, como o plano de carreira dos professores. Segundo Rossieli, as tratativas ainda estão em estágio inicial.





Um dos modelos estudados por ele é o de Santa Catarina, que fez o processo de municipalização de forma gradual: uma série por ano. É quase certo que em São Paulo também haja uma transição.

Presidente da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e secretário de Sud Mennucci (SP), Luiz Miguel Garcia diz apoiar a medida, mas afirma que é preciso uma definição precisa sobre a origem dos recursos para a sua implementação.

Isso porque os municípios paulistas passariam a receber pelo Fundeb (fundo de financiamento da educação básica) R\$ 3.900 por aluno ao ano que hoje vão para o estado. Esse valor, porém, não é suficiente para bancar o custo de absorver todos os estudantes. As principais despesas seriam com professores e manutenção da infraestrutura.

“O processo de municipalização se arrastou em São Paulo em grande parte por causa da falta de clareza sobre o custeio”, diz.

Uma das situações mais delicadas é a da capital paulista. Atualmente, a rede estadual tem mais alunos do 1º ao 5º ano na cidade de São Paulo do que a própria rede municipal. São 324 mil contra 232 mil.

Segundo a Folha apurou, a municipalização atingiria ou 388 escolas que atendem essas séries ou um total 485, se forem incluídos os colégios que atendem todo o ensino fundamental (1º ao 9º ano).

O custo extra da capital ao absorver as unidades é estimado em R\$ 1,3 bilhão, principalmente porque o salário do professor na prefeitura é maior que no estado.

Secretária de Educação de Campinas, cidade que tem 32 mil alunos de 1º a 5º ano na rede estadual, Solange Pelicer também diz que o principal entrave à implementação da medida é o salário do professor, que em Campinas (inicial de R\$ 5.300 para 40 horas) é cerca do dobro do pago na rede estadual.

Ela afirma ser a favor da municipalização, desde que ela seja precedida de estudo detalhado sobre o impacto na Lei de Responsabilidade Fiscal e que haja alguma compensação financeira por parte do estado.

Professora da FGV especialista em gestão da educação, Cláudia Costin afirma que a transição demográfica por que passa o Brasil deve ajudar na implantação da medida, uma vez que o número de novos alunos nas séries iniciais vai diminuir.

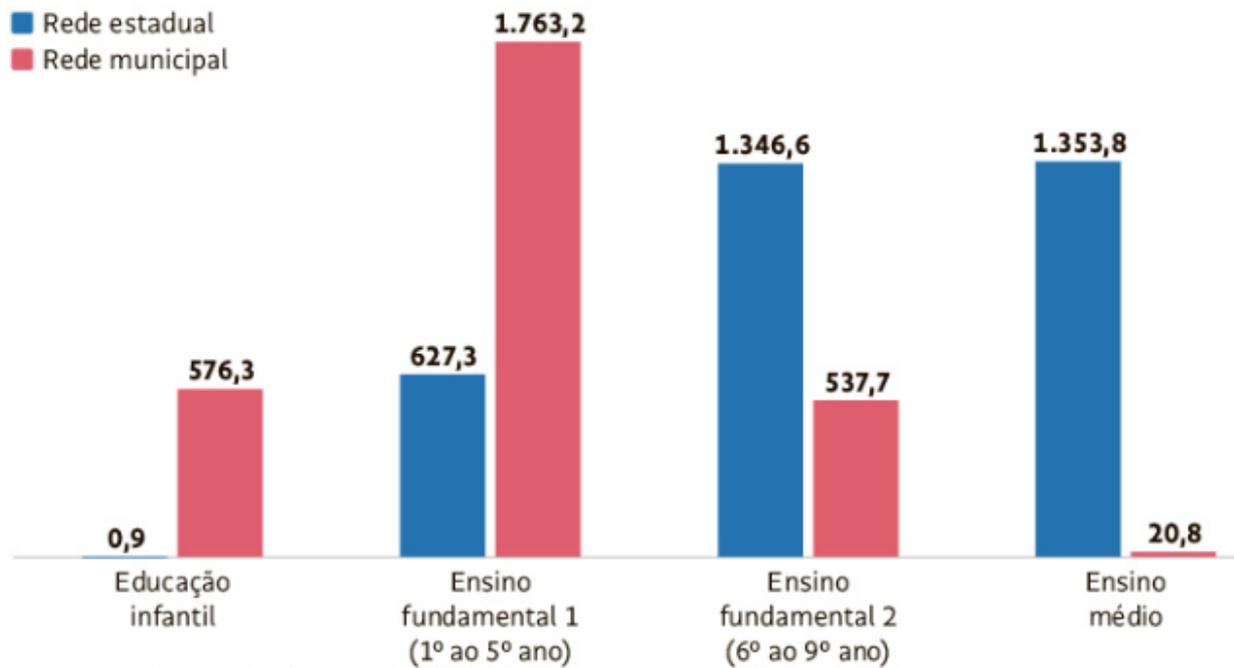
Ela aprova a municipalização principalmente por trazer racionalidade à gestão e diz que ela já deveria ter sido concluída há muito tempo em São Paulo. Alerta, por outro lado, que a medida não exime o governo estadual do papel de articulação com os municípios, para apoiar tanto a formação de professores e como a disseminação de estratégias efetivas de aprendizagem nos anos iniciais da escolarização.





Governo de SP quer municipalizar anos iniciais do ensino fundamental

Nº de matrículas em SP, em milhares



Fonte: Censo da Educação Básica 2018/Inep

Governo Bolsonaro tenta acelerar tramitação do Future-se no Congresso

Paulo Saldaña

BRASÍLIA O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse nesta quarta-feira (28) que o governo estuda encaminhar uma medida provisória para o Congresso Nacional para aprovar o Future-se, projeto que prevê iniciativas de fomento ao financiamento privado nas universidades federais e parcerias com organizações sociais.

O plano inicial do governo era que o programa chegasse ao parlamento por meio de projeto de lei, que tem tramitação mais lenta e permite maior debate.

Já a medida provisória começa a valer a partir do momento de sua edição, tendo que ser aprovada pelo Congresso com prazo mais curto.

“Eu gostaria de mandar projeto de lei, mas [com a medida provisória] existe um ganho de alguns meses para as universidades que quiserem aderir”, afirmou o ministro em audiência na Comissão de Finanças e Tributação na Câmara na ma-

nhã desta quarta.

Além de Weintraub, o secretário de ensino superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, também participou da audiência na comissão da Câmara.

Segundo Weintraub, a liberação de recursos próprios das universidades, previsto no projeto, pode ter impacto de curto prazo.

Atualmente os valores arrecadados pelas instituições vão para o caixa do governo e são passíveis de contingenciamento. “Vamos salvar as universidades. Elas estão morrendo asfixiadas”, disse o ministro da Educação.

A medida provisória é um instrumento que acelera a tramitação no Congresso.

Com força de lei, é adotado pelo presidente da República em casos de relevância e urgência. O atraso na apreciação pode trancar a pauta de votações.

O prazo acelerado, no entanto, reduz o tempo de discussão no parlamento.

Apresentado em julho, o

Future-se não conta até agora com consenso entre os reitores das universidades federais. Parte deles questiona o foco dado às organizações sociais e às fundações previsto no projeto, além de apontarem riscos de acentuar desigualdades entre grandes e pequenas instituições.

O Future-se também foi alvo de protestos em várias cidades do país no dia 13 de agosto. O projeto surge em meio a um bloqueio de orçamento das federais de cerca de R\$ 2,2 bilhões, em torno de 30% dos recursos discricionários (que não leva em conta salários, por exemplo).

O governo argumenta que os valores podem ser liberados caso haja crescimento econômico.

O MEC abriu uma consulta pela internet para receber sugestões sobre o projeto. Segundo o secretário Lima Júnior, 57 mil pessoas já se inscreveram na plataforma online da consulta, que se encerra nesta quinta (29).

Ao menos as federais de Amazonas, Roraima, Rio de





Janeiro, Minas Gerais e Amapá já se manifestaram contra a adesão de forma oficial, após discussão em seus órgãos colegiados.

Ainda segundo Lima Júnior, quem rejeitou o projeto é por que não o entendeu. “Quem está se posicionando é por questão dogmática”, disse. De acordo com Weintraub, 15 reitores já se manifestaram a favor da adesão.

O ministro disse ainda que os dirigentes do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) se mostraram interessados em aderir. O ITA é federal, mas ligado às forças Armadas e não ao MEC.

O ministro e o secretário afirmaram que não há planos para cobrança de mensalidades nas federais, que o projeto é por adesão e que não há objetivo de ingerência nas universidades.

Também prometeram que o orçamento público não será reduzido para as instituições que não aderirem ou não conseguirem angariar recursos privados.

O governo e o futuro da ciência

No mesmo dia em que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) anunciou que não financiará um congresso sobre constitucionalismo e democracia, sob a justificativa de que os juristas responsáveis pela organização do evento seriam “militantes na área do direito”, o presidente da Academia Brasileira de Ciências, o físico Luiz Davidovich, lamentou a debandada de pesquisadores brasileiros para o exterior, por falta de condições mínimas de trabalho no Brasil.

Os dois eventos estão ligados. Segundo Davidovich, os pesquisadores brasileiros reclamam da falta de recursos para insumos e equipamentos e da ausência de uma agenda para o desenvolvimento tecnológico formulada pelo poder público. Esses problemas, que já eram graves, aumentaram depois do contingenciamento de parte do orçamento dos Ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Aumentaram, também, em face da negação da ciência por motivos ideológicos e até religiosos, afirma o presidente da Academia Brasileira de Ciências.

A decisão da Capes de negar financiamento para um congresso que havia sido apoiado em suas oito edições anteriores é prova disso. Segundo parecer do comitê da área de direito da entidade, o evento estaria

“voltado não só à construção científica, mas também à crítica política”. “Quem de nós tem atuação de militância política? Eles que nos digam e indiquem o que classificam como militância”, desafiou Cristiane Derani, pró-reitora de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, onde o congresso será realizado.

Durante a campanha eleitoral, diz o presidente da Academia Brasileira de Ciências, o candidato Jair Bolsonaro prometeu elevar o investimento em ciência a 3% do Produto Interno Bruto (PIB) até o fim do mandato. Segundo Davidovich, o investimento total na área está hoje pouco acima de 1% do PIB. “O apagão de investimentos pode quebrar o sistema de Ciência e Tecnologia, que começou a ser institucionalizado antes

da década de 1950. A construção é um processo longo, mas a destruição pode ser rápida. Prioridades óbvias como a biotecnologia têm sido prejudicadas por uma política de desmatamento que nega evidências científicas. Há uma ironia no fato de não perceberem que isso pode prejudicar a própria agroindústria”, afirma Davidovich, que também integra a Academia de Ciências dos Estados Unidos.

Ele também critica o modo como o governo Bolsonaro vem tratando órgãos importantes, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). E adverte que os contingenciamentos orçamentários na área educacional afetarão os programas de pós-graduação das universidades públicas. E se elas não se modernizarem, dificilmente conseguirão interagir com empresas privadas, como quer o governo, por meio do programa “Future-se”.

Em geral, no mundo inteiro, a modernização das universidades se dá por meio de recursos públicos e só depois é que as empresas as procuram para firmar acordos de cooperação. Ou seja, os recursos privados só entrarão no caixa das universidades se, primeiro, os repasses do MEC forem restabelecidos. “Não precisamos reinventar a roda. A maior parte do orçamento universitário sempre virá do governo, como acontece no mundo todo. O ministro Abraham Weintraub precisa de um choque de realidade”, afirma o presidente da Academia Brasileira de Ciências.

O êxodo de cientistas brasileiros é o problema mais grave do sistema de ciência e tecnologia do País, diz ele. Em primeiro lugar, porque a formação dos cientistas, no País ou no exterior, foi custeada por recursos públicos. Em segundo lugar, como esses cientistas têm potencial para apresentar ideias inovadoras, que podem aumentar a eficiência da economia, sua emigração prejudica o potencial de crescimento de médio prazo do Brasil. É fundamental que, dentro do governo, haja alguém capaz de mostrar ao presidente Bolsonaro o alcance e a importância das declarações do presidente da Academia Brasileira de Ciências.

População cresce 0,79% e passa dos 210 milhões

Com 210,1 milhões de habitantes, o Brasil teve crescimento populacional de 0,79% entre julho de 2018 e julho de 2019, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados divulgados ontem, no entanto, mostram uma queda do crescimento quando comparado ao do ano passado, quando a taxa foi de 0,82%. O município de São Paulo se manteve como o mais populoso do país, com 12,25 milhões de habitantes, seguido pelo Rio de Janeiro (6,72 milhões), Brasília (3 milhões) e Salvador (2,9 milhões). Segundo o IBGE, a desaceleração deve continuar.

“A tendência desse crescimento é continuar caindo. O IBGE projeta que, a partir de 2048, a população deve começar a diminuir no Brasil, com uma taxa de crescimento negativa”, afirmou o pesquisador do IBGE, Marcio Minamiguchi. Ele explicou que a queda do crescimento populacional evidenciada este ano se deve principalmente ao “processo de envelhecimento da população”. “É algo que já ocorre em países desenvolvidos. Com um maior número de idosos, a tendência é crescer a quantidade de óbitos, então a taxa diminuiu em função disso”, disse.

Para Marcelo Neri, diretor da Fundação Getulio Vargas (FGV) Social, isso ocorre por causa da

“transição demográfica”. “Embora a população esteja vivendo mais, a cada 3 anos ganhamos 1 ano de expectativa de vida, a fertilidade está caindo rapidamente. Hoje, as mulheres têm menos de 2 filhos, e ainda tem o fator da migração, que não é tão relevante no Brasil”, constatou o especialista.

Na opinião de Neri, a redução da população brasileira impõe desafios fiscais, tanto na área da Previdência quanto da saúde, no entanto, é positiva para a política educacional. “Com uma maior expectativa de vida, é possível alongar a jornada escolar, tentar melhorar a qualidade da educação. Ao mesmo tempo eleva o custo, pelo ponto de vista da Previdência, de políticas de saúde. A maior expectativa de vida talvez seja a melhor notícia que a gente possa ter na nossa sociedade”, esclareceu.

Dos 210,1 milhões de habitantes totais, 50 milhões vivem nas 27 capitais brasileiras. A quantidade representa, em 2019, 23,86% da população total. A capital com maior taxa de crescimento no último ano foi Boa Vista, com 6,35%, e, a menor, Porto Alegre, com 0,32% de crescimento. Já a população de Brasília cresceu 1,36%. Segundo o diretor da FGV Social, essa taxa é positiva, acima da média, e reflete o “alto nível educacional da população brasiliense”.



Embora a população esteja vivendo mais, a cada 3 anos ganhamos 1 ano de expectativa de vida, a fertilidade está caindo rapidamente. Hoje, as mulheres têm menos de 2 filhos, e ainda tem o fator da migração, que não é tão relevante no Brasil”

Marcelo Neri,
diretor da FGV Social

Brasília

“Em Brasília, o vento ainda está soprando a favor, e no Brasil, começa a soprar contra. A capital também tem uma forte migração, pelo fato de ser capital, de ter sido estabelecida há pouco mais de 50 anos. É uma área jovem que atrai





imigrantes pelo fato de ser a capital do país, mas de alguma forma esses atributos demográficos conferem uma certa dinâmica econômica maior do que outros lugares”, afirmou.

No ranking dos estados, segundo dados do IBGE, os três mais populosos estão na região Sudeste, e os cinco menos populosos, no Norte. O maior deles é São Paulo, com 45,9 milhões de habitantes, concentrando 21,9% da população do país. Roraima é o estado menos populoso, com 0,3% da população total (605,8 mil habitantes). Os dados do instituto também estimam que, em 2019, 57,4% da população brasileira (120,7 milhões de habitantes) se concentra em apenas 5,8% dos municípios (324 municípios), que são aqueles com mais de 100 mil habitantes. Por outro lado, na maior parte dos municípios (3.670 municípios), com até 20 mil pessoas cada, residem apenas 15,2% da população do país, ou seja, 32 milhões de pessoas.

Entre os 17 municípios cuja população ultrapassa 1 milhão de habitantes, 14 são capitais estaduais, que concentram 21,9% da população do país. Entre os municípios menos populosos, 25 têm população inferior a 1,5 mil habitantes, sendo que três possuem população inferior a mil habitantes: Serra da Saudade (MG) com 781 habitantes; Borá (SP); com 837; e Araguainha (MT), com 935.





Mais gente

População brasileira cresce menos em 12 meses terminados em julho e atinge 210,1 milhões de habitantes

Evolução no país*

Crescimento



* Medição feita anualmente de julho a julho



Evolução nas capitais*

Crescimento (em %)



• O município de São Paulo continua sendo o mais populoso do país, com 12,25 milhões de habitantes

• A cidade de Serra da Saudade (MG) é o município brasileiro com a menor população, 781 habitantes

• Os 17 municípios brasileiros com população superior a 1 milhão de pessoas detêm 21,9% da população do Brasil

* capitais na ordem decrescente de população

Fonte: IBGE

Ciência em colapso

A crise econômica, que se arrasta por mais de meia década, não poupou nenhum setor. Alguns ganham visibilidade porque frequentam o noticiário diário com imagens dolorosas e estatísticas preocupantes. É o caso da educação, da saúde, da segurança, do mercado de trabalho, da mobilidade urbana. Outros se restringem a nichos mais restritos e, por isso, menos divulgados pelos meios de comunicação de massa. É o caso da ciência e tecnologia.

Em razão do contingenciamento de R\$ 2,32 bilhões — 41,9% das verbas previstas para gastos discricionários na área, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou a suspensão das cerca de 80 mil bolsas ligadas à pasta, a partir de setembro. Antes, projetos de pesquisa, ações de divulgação e eventos científicos foram prejudicados ou cancelados. Para evitar apagão no setor, o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, tem pleiteado a liberação de recursos ao ministro da Economia.

O aperto no segmento de pós-graduação e pesquisa não se deve à criatividade da equipe de Paulo Guedes. As dificuldades vêm de longe. Há anos, mesmo em períodos de vacas gordas, os órgãos de fomento à pesquisa e à formação acadêmica têm enfrentado contínuos cortes de receitas. Vale exemplo recente. Em 2014, o orçamento do CNPq foi de R\$ 1,3 bilhão. Em 2019, despencou para R\$ 784 milhões, montante que só será embolsado com a suspensão do bloqueio.

É preocupante. O Brasil não ocupa posição de vanguarda mundial na produção de ciência e tecnologia. Uma das principais razões do atraso é a baixa qualidade da educação. Sem ter passado da fase da universalização do ensino para a fase da excelência, o país ficou para trás. O quadro se agravou com a eclosão das atuais dificuldades orçamentárias cuja face mais cruel são os mais de 12 milhões de desempregados.

As consequências cobrarão preço alto. De um lado, interrompem-se pesquisas e perdem-se experimentos que, para serem retomados, exigirão volta ao ponto de partida. De outro, registra-se a fuga de cérebros. Pessoas talentosas buscam no exterior oportunidade de aprofundar conhecimentos e de conquistar espaço no mercado de trabalho. Cientistas com formação em áreas estratégicas e enorme potencial de inovação, formados com recursos públicos brasileiros, vão prestar serviço na Europa ou nos Estados Unidos.

Em nações com carência de mão de obra sofisticada como o Brasil, a emigração de indivíduos com alto nível educacional representa perda de trabalhadores indispensáveis para o salto de qualidade de que a economia tanto precisa para ganhar competitividade internacional. Ao retomar o crescimento, o Brasil precisará de cérebros com ideias inovadoras. O bom senso manda retê-los.



Weintraub: Future-se não vai interferir na autonomia das universidades

Por Ana Cristina Campos -
Repórter da Agência Brasil
Brasília

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse hoje (28) que o programa Future-se não significa a privatização nem a interferência na autonomia das universidades e institutos federais. Segundo a pasta, a medida quer incentivar a captação de recursos próprios pelas instituições federais de educação superior.

“Não se trata de privatização, não se trata de ferir a autonomia, não se trata absolutamente de diminuir recursos”, afirmou o ministro, ao participar de audiência pública sobre o Future-se, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Weintraub ressaltou que a adesão ao programa é voluntária. “As universidades e os institutos que quiserem ficar como estão podem ficar. Não haverá nenhum dano ou prejuízo

para quem quiser ficar [como está]. Simplesmente, a gente vai permitir às universidades e aos institutos fazerem parcerias, convênios, associações, buscar patrocinadores para que eles possam fazer investimentos e melhorar a situação financeira.”

MP ou projeto de lei

Weintraub afirmou aos deputados que o governo está estudando se vai enviar medida provisória (MP) ou projeto de lei para a implantação do Future-se. Inicialmente, a ideia era encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei para viabilizar as mudanças.

“A gente está discutindo se quer mandar projeto de lei ou MP. Por que não projeto de lei? Porque a gente tem pressa, urgência de liberar a quem quiser aderir de conseguir rapidamente recursos. Já existem patrocínios prontos para várias universidades”, disse. “Eu gostaria de mandar projeto de lei, mas existe o ganho de alguns meses [com a medida provisória] que essas

universidades já receberiam recursos.”

A proposta foi disponibilizada para consulta pública que se encerra amanhã (29). A sociedade poderá colaborar com sugestões. Mais de 55 mil pessoas se cadastraram para participar da consulta. Segundo o Ministério da Educação, as universidades seguirão contando com orçamento público.

Future-se

O Ministério da Educação quer criar um fundo de natureza privada, cujas cotas serão negociadas na Bolsa de Valores, para financiar as universidades e institutos federais. Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A maior parte desses recursos, R\$ 50 bilhões, virá do patrimônio da União. A intenção é que esse esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. O fundo é a principal estratégia do programa Future-se.

Ensino Diretora-executiva da The Lisbon MBA diz que escolas devem incentivar o autoconhecimento

“É preciso ajudar o aluno a descobrir o que vai fazê-lo feliz”

Barbara Bigarelli
De São Paulo

Com a profusão de cursos de educação on-line, o maior interesse por mestrados e a reflexão, cada vez mais presente, de que diplomas não garantem carreiras, o tradicional MBA passou a ser questionado. O último levantamento da GMAT mostrou uma queda no número de inscritos nas principais escolas de negócios dos Estados Unidos. Em 2018, aliás, até Berkeley publicou um artigo para mostrar “19 benefícios de seu MBA”. Ressaltar a importância desse programa de maior duração e alto investimento, além de garantir que a estrutura de aprendizado acompanha as habilidades exigidas no mercado de trabalho, é um desafio inerente à toda escola executiva.

À frente da The Lisbon MBA, parceria da Faculdade de Ciências Econômicas e Empresariais da Universidade Católica de Lisboa com a Nova School of Business and Economics para oferecer dois tipos de programas executivos, Maria José Amich explica a importância atual do MBA em algumas frentes. Há fatores que nunca deixaram de ser úteis e valiosos, como o networking e o aumento substantivo de salário após o término dos estudos. “O MBA continua sendo um meio que muitos profissionais encontram para mudar de função, cargo ou ganhar mais. Nossos alunos têm, em média, um aumento de 73% no salário-base depois que concluem o programa”, disse a executiva ao **Valor**, durante visita ao Brasil nesta semana para parti-

cipar de evento do MIT.

Outra frente que o MBA quer ajudar os profissionais e que particularmente é o foco de atuação da The Lisbon, segundo Maria José, é um programa estruturado para o desenvolvimento de soft skills, como tomada de decisão, capacidade crítica, adaptação e colaboração. “Nós não formamos cientistas da computação, mas pessoas que percebem como ferramentas de inteligência artificial e big data vão mudar modelos de negócios”. Segundo Maria José, os gestores precisam ser capazes de estabelecer “um diálogo claro com seus cientistas e técnicos para extrair informações, definir a estratégia e acrescentar valor ao negócio”.

A ideia de que se aprende melhor em conjunto do que sozinho ou atrás de um computador é também uma premissa que Maria José defende como diferencial do MBA frente, por exemplo, aos MOOCs, cursos gratuitos on-line. “Por que o nível de desistência desses cursos é extremamente alto? Porque, no fim do dia, você está sozinho aprendendo e muito da motivação do estudo está em partilhar conhecimento”, disse.

O que um profissional pode e deve fazer sozinho para melhorar sua formação e atuação, segundo ela, é investir no autoconhecimento. “Não há um índice de felicidade nos rankings que avaliam os programas de educação executiva e eu gostaria que existisse. Gestores felizes são melhores líderes. Ajudar o aluno a descobrir o que vai fazê-lo feliz na vida para que ele possa se dedicar para essa função ou setor é





muito importante hoje". Na escola, essa prática é incentivada por meio de programas de coach e mentorias individuais.

Na linha de frente, porém, o que distingue a The Lisbon MBA junto à outras instituições europeias é a parceria com o MIT, para disciplinas envolvendo empreendedorismo e inovação. No programa executivo integral, o aluno pode estudar em três regiões em um ano: Lisboa, Boston e, dependendo do projeto, na China, Brasil ou México. Esta é uma das razões que levou a escola a figurar em primeiro lugar do ranking global de MBA do "Financial de Times" na categoria "experiência internacional".

Metade dos alunos, que chegam a 40 por turma, é estrangeira — sendo um terço deles brasileiros. Do total, um terço de matriculados

é mulher. Melhorar esse número, alcançando 50% de representatividade, é uma das principais bandeiras da gestão de Maria José.

Nascida na Espanha, formada em economia, com vivência na Dinamarca e experiência no setor de bens de consumo, luxo, mídia e na área de consultoria, a executiva é envolvida em associações que lutam pela promoção da liderança feminina em Portugal. Em 2013, fundou a Women Win-Win para auxiliar mulheres que precisavam empreender por necessidade, já que a crise havia levado muitos de seus maridos a deixar o país.

Hoje, ela diz, há mais oportunidades para as mulheres porque a situação econômica melhorou e também por um conjunto de iniciativas que envolvem uma lei de cotas para au-





mentar a presença feminina. A lei aumentou para 24,8% o número de mulheres nos conselhos de administração e nos órgãos de fiscalização do setor empresarial público, segundo dados deste ano do Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE). A disparidade, incluindo a salarial, não vai diminuir apenas com cotas, segundo Maria. As empresas devem criar programas de crescimento e mentoria, além de mudanças que envolvem o próprio contexto familiar e a sociedade.

É este último fator, por exemplo, que ela atribui como entrave atual para mais mulheres chegarem aos programas de MBA. “As mulheres se retraem também na hora de investir na formação. Há um entrave que elas próprias colocam em suas carreiras porque a sociedade continua a ver a mulher com uma maior responsabilidade no que diz respeito ao cuidado com os filhos e o trabalho doméstico. Temos que mudar esse paradigma”. No fundo, a oportunidade de cursar um MBA, geralmente coincide com o período da maternidade. “É importante também discutir, como um pai com filho pequeno consegue cursar o MBA. É porque tem uma mulher em casa cuidando. No fim, o contexto familiar precisa favorecer os dois lados”.